

Sessão de Debate e Reflexão sobre Política Nacional de Arquitectura e Paisagem

Palácio de Monserrate, Sintra, 11 de Março de 2009

PAISAGEM, IDENTIDADE TERRITORIAL, DESENVOLVIMENTO E TERRAFILIA

Zoran Roca

TERCUD - Centro de Estudos do Território, Cultura e Desenvolvimento
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

<http://tercud.ulusofona.pt/>

As paisagens actuais resultam de processos e mecanismos de alteração sobre as passadas, e enquadram e afectam as futuras mudanças naturais, económicas e culturais. Por exemplo, as paisagens rurais estão a tornar-se cada vez mais paisagens de consumo ao invés de paisagens de produção devido às novas economias agrícolas, à suburbanização e rurbanização, ao dinamismo crescente do turismo e aos novos perfis dos habitantes das áreas rurais.

Como guardiães do sentido do lugar (Massey, 1995), da topofilia¹ e da terrafilia², as paisagens estimulam as nossas memórias, percepções e conhecimentos, bem como os nossos interesses, decisões e acções territorializadas. As características únicas da paisagem vão desaparecendo consoante os lugares e as regiões vão sendo de forma crescente, tanto económica como culturalmente, afectados por fenómenos de “desterritorialização” e “multiterritorialidade” (Barel, 1986), “glocalização” (Benko, 2000) e “reterritorialização” (Haesebaert, 2004), ou pela “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 2002). Neste contexto, as paisagens são meios através dos quais os elementos identitários passados, vigentes e emergentes de lugares e regiões são gerados, registados, assumidos, ou pretendidos (Haartsen *et al.*, 2000). Resumindo, as paisagens são elementos constitutivos e, ao mesmo tempo, factores das identidades territoriais.

¹ Os vestígios materiais e imateriais de cada espaço geográfico dão origem a distintas identidades territoriais e reflectem-se, de acordo com Tuan (1990), na topofilia, ou seja, no “elo afectivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico”.

² A terrafilia, definida como “ligação afectiva entre as pessoas e os territórios que induzem acções em prol do desenvolvimento” (Roca *et al.*, 2008), representa um acréscimo conceptual à noção de topofilia e integra os Modelos IDENTERRA (Roca e Roca, 2007) e PROSCA - Prospective Stepwise Consensus Analysis (Oliveira *et al.*, 2005), desenvolvidos e aplicados no âmbito do projecto do TERCUD intitulado “IDENTERRA - Identidade Territorial no Desenvolvimento Regional e Local: a Região Oeste de Portugal” (FCT/POCTI/GEO/48266/2002 - <http://tercud.ulusofona.pt/Projectos/Projidenterra/IdenterraPT.htm>).

A (re)afirmação dos elementos naturais, económicos e culturais da identidade territorial ganhou importância estratégica na era da economia e cultura globalizadas. Isto aplica-se igualmente àqueles lugares e regiões que já beneficiam de identidades favoráveis, atraentes (ou mesmo “globalmente competitivas”), baseadas no crescimento e desenvolvimento sustentáveis, e às áreas rurais desfavorecidas, maioritariamente periféricas que sofrem de: (i) uma degradação ambiental devido a conflitos de uso do solo; (ii) uma economia débil; e/ou (iii) uma autenticidade cultural a esvanecer-se devido à sobre-exposição a bens, serviços e ideias globalizados ou à sua adopção indiscriminada.

Sintomaticamente, qualquer que seja o nível e o tipo de desenvolvimento, as paisagens têm vindo a ser cada vez mais vistas e tratadas como importantes recursos a aproveitar em seu benefício. A preservação e a (re)qualificação da paisagem têm vindo a tornar-se sinónimos, implícita ou explicitamente, de reforço de elementos das paisagens existentes ou de criação de novos elementos, tanto materiais como imateriais, fortalecedores da identidade territorial, não só na óptica da eliminação daqueles elementos que são negativos, mas também na da efectivação dos mais positivos, visando sempre e em qualquer circunstância promover a emancipação económica e cultural de lugares e regiões.

Políticas, planos e projectos de desenvolvimento sustentável deveriam ser baseados em avaliações de identidades territoriais naturais e culturais relacionadas com a paisagem. Isto é a razão porque o âmbito e importância dos estudos da paisagem – teóricos e aplicados, *top-down* e, particularmente, participativos – deveriam ser reforçados e alargados. Como ficou demonstrado na 23ª Sessão da Conferência Europeia Permanente para o Estudo das Paisagens Rurais, intitulada “Paisagens, Identidades e Desenvolvimento”, realizada em Lisboa e Óbidos em Setembro de 2008 (<http://tercud.ulusofona.pt/PECSRL/PECSRL2008.htm>), os estudos fundamentais e aplicados da paisagem são cada vez mais uma plataforma transdisciplinar atraente para o avanço do conhecimento e da tomada de opções de planeamento relacionadas com as ligações complexas e de importância estratégica entre o interface tempo-espaco, o nexa local-global e o desenvolvimento socioeconómico.

Neste contexto, e sendo que a Política designa normas orientadoras e que a Arquitectura se rege por regras morfo-funcionais que implicitamente incluem a criação artística, a **Política Nacional de Arquitectura** não deveria ser nem um documento orientador nem normativo, pois isso significaria vedar a livre criação. A própria Ordem dos Arquitectos dispõe de um código

deontológico de conduta que faz (ou deveria fazer) respeitar as regras técnicas da actividade. Este documento apenas deveria indicar a estratégia, ou seja as formas de atingir daquele que pensamos ser o seu objectivo geral: a promoção da qualidade arquitectónica em diferentes contextos territoriais.

O **Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens** deveria ser um documento autónomo, pois as acções incluídas não podem ser formatadas de forma pulverizada em 308 PDMs ou em 8 PROTs com um carácter sobretudo estratégico. No entanto, o Programa não deveria estabelecer juízos de valor sobre a valia das paisagens, devendo antes ancorar-se numa intensa prospecção participativa sobre as relações entre qualidade ambiental e cénica (tecnicamente fundamentadas), e a topofilia e a terrafilia (descortinando os “resíduos/desvios” entre estes dois conceitos).

Como articular Política de Arquitectura e Política de Paisagem? As duas políticas são completamente distintas, já que a arquitectura, apesar de impressa na paisagem, é um dos elementos menos marcantes nessa mesma paisagem, ainda que muitas vezes se confunda o resultado da arquitectura com a aplicação de índices urbanísticos, esses sim, definidores, sobretudo e principalmente, da paisagem urbana. A paisagem é constituída por elementos fixos, espacialmente ancorados, dos patrimónios natural, económico e cultural e da população, condicionados por fluxos espaciais inerentes a sistemas e redes horizontais e verticais da Natureza, Sociedade, Economia e Cultura (Roca e Roca, 2007). Nesse contexto, a paisagem é o objecto de estudo tradicional da Geografia, nomeadamente como sendo o produto das relações entre o ser humano e o meio natural, sendo que o meio físico incorpora seguramente, e de forma vinculada, o resultado da actividade do arquitecto, do engenheiro, do agricultor, do empreendedor turístico e dos demais actores e agentes locais e globais, bem como das próprias políticas de ordenamento do território para as quais não contribui apenas a Arquitectura.

Também, vale a pena realçar que hoje, com ênfase explícita em dimensões subjectivas sobre a concepção da paisagem na Convenção Europeia da Paisagem, tornam-se necessárias novas competências técnicas para balizar o valor e os limites da participação popular nos processos de planeamento e avaliação da paisagem. De certo modo, a ideia das competências técnicas por si mesma é minada pelo projecto dessa participação. O técnico de planeamento da paisagem aparece cada vez mais como um intérprete e um mediador. A ideia de que as paisagens não são realidades estáveis é hoje amplamente aceite. O modo como as paisagens são avaliadas

também tem mudado e varia de acordo com os grupos sociais ou a sua herança cultural. Como resultado, a competência técnica assumiu um significado diferente: os *experts* deixaram de ser aqueles que desenham os melhores ambientes de acordo com os valores predominantes; hoje, são aqueles que facilitam as transformações e minimizam as perturbações em contextos conflituosos (Oliveira *et al.*, 2005).

Qual o papel do Estado e da Sociedade Civil? O Estado apenas tem de legitimar as actividades das associações profissionais. Estas, através da promoção do debate com a Sociedade Civil, apoiadas pelo Estado, deverão definir as boas práticas ou, melhor, entender as raízes e procurar as saídas do actual fosso entre a retórica e a prática.

Por exemplo, sendo as paisagens fundamentais para a construção, reconhecimento e/ou valorização das identidades dos lugares e regiões, porque é que em Portugal o discurso académico, dos média e da população em prol do zelo pela identidade territorial não tem sido acompanhado pela prática? A degradação e destruição das paisagens e outras características da identidade territorial têm sido mais frequentes e a uma escala muito maior do que os esforços conducentes à sua protecção e valorização, minando frequentemente as perspectivas de desenvolvimento sustentável (Roca, 2004). Será que o sentido de topofilia está a mudar? Da mesma forma que se acentua o fenómeno da perda de carácter e singularidade da cultura, economia e natureza dos lugares e regiões? Como lidar com a crescente ubiquidade da descaracterização como manifestação do declínio de topofilia? Como identificar e promover boas práticas de terrafilia, ou seja do fortalecimento de laços afectivos entre as pessoas e os territórios que induzem acções em prol do desenvolvimento (Roca *et al.*, 2008)?

A promoção e activação da terrafilia podem ser importantes no processo de identificação e avaliação de elementos estrategicamente relevantes, tais como os da qualidade paisagística, para o desenvolvimento territorial como, por exemplo: (i) o sentido de pertença a um território de residência, trabalho e/ou lazer que reflecte os níveis de satisfação com as condições ambientais, sociais, económicas, culturais e outras do território em questão; (ii) a atractividade territorial, que pode ser decisiva para a fixação de actividades económicas e inovação social nesse mesmo espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barel, Y. (1986): "Le social et ses territoires". em: Auriac E.; Brunet, R. (Coord.). *Espaces, jeux et enjeux*. Fayard-Diderot, Paris.
- Benko, G . (2000): "La recomposition des espaces, Agir", em: *Revue général de stratégie*, 5. págs. 11-18.
- Haartsen, T., *et al.* (2000): *Claiming Rural Identities*, Van Gorcum, Assen.
- Haesbaert, R. (2004): *Mito da Desterritorialização*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (2003): *The New Imperialism*. Oxford. Oxford University Press.
- Massey, D. (1991): "A Global Sense of Place", em: *The Making of the Regions, Open University, D103 Block 6*. págs 12-51.
- Oliveira, J. A., Roca, Z., & Gandra, L. (2005): "Quantiqualitativa Participatory Research for Sustainable Development: The "Proasca" Model", em: 14º *European Colloquium on Theoretical and Quantitative Geography*, Tomar (CD ROM).
- Roca, Z. (2004): "Affirmation of Regional Identity between Rhetoric and Reality: Evidence from Portugal", em: Boneschansker, E. *et al.* (Eds.), *Cultural Uniqueness and Regional Economy, 1st ed.*, Fryske Akademy, Leeuwarden, Ljouwert. págs. 29-52.
- Roca, Z., & Roca, M.N.O. (2007): "Affirmation of Territorial Identity: A Development Policy Issue", *Land Use Policy*, 24(2). págs. 434-442.
- Roca, Z., Oliveira, J. A., & Leitão, N. (2008): "Desenvolvimento Territorial entre a Topofilia e a Terrafilia: das Palavras aos Actos", em: *XI Coloquio Ibérico de Geografia*, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares - Pastrana (CD ROM).
- Tuan, Y.F. (1990): *Topophilia – A Study of Environmental Perception, Attitudes and Values*, Columbia University Press/Morningside Edition, New York.